

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1352680 - SP (2018/0218726-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : DIALA CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS BEZERRA
DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JOSÉ ALEXANDRE AMARAL CARNEIRO - SP160186
AGRAVADO : GLADIR MILLON JUNIOR
ADVOGADOS : RICARDO LEO DE PAULA ALVES - SP306947
ERIKA HIRAKAWA DE CAMPOS - SP366443

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PORTADOR DO CHEQUE INDICADO COMO BENEFICIÁRIO. LEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA DO STJ. LEGITIMIDADE PASSIVA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO FUNDAMENTO ADOTADO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. COMISSÃO DE CORRETAGEM. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ANTES DA FASE DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. OBTENÇÃO DE RESULTADO ÚTIL. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ÓBICE QUE TAMBÉM INVIABILIZA O CONHECIMENTO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. DESCABIMENTO. AGRADO DESPROVIDO.

1. É vedado à parte recorrente, nas razões do agravo interno, apresentar tese que não foi alegada no momento da interposição do recurso especial, ante a ocorrência da preclusão.
2. Nos termos do precedente desta Terceira Turma, a indicação do portador do cheque como beneficiário, sem que se tenha arguido má-fé na obtenção do título, é suficiente para legitimá-lo para a cobrança do crédito ali contido.
3. Os argumentos do apelo especial, no tocante à tese de ilegitimidade passiva, estão dissociados do que foi decidido no acórdão estadual, evidenciando a deficiência de fundamentação, a ensejar a aplicação do enunciado n. 284 da Súmula do STF.
4. Conquanto se exija o aperfeiçoamento do negócio jurídico para a cobrança da comissão de corretagem, é certo que nos negócios imobiliários a intermediação do corretor pode se encerrar antes da conclusão da fase de registro imobiliário.
5. Para derruir a convicção formada – quanto à efetiva obtenção do resultado útil da negociação, a ensejar a cobrança da comissão de corretagem –, seria indispensável o revolvimento de fatos e provas, o que é obstado pelo enunciado sumular n. 7 do STJ.
6. A aplicação do verbete sumular n. 7/STJ obsta não apenas o conhecimento do recurso pela alínea *a*, mas também pela alínea *c* do permissivo constitucional, não havendo falar em necessidade de realização de superação ou distinção em relação aos paradigmas apontados quando nem sequer se conheceu da questão jurídica.
7. Esta Corte Superior tem entendido que o mero não conhecimento ou a improcedência do agravo interno não enseja a necessária imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, tornando-se imperioso para tal que seja nítido o descabimento do recurso, o que não se verifica na espécie.
8. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo

Documento: 108204080

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator